



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

ARTIGO 3

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Banco de Moçambique:

Aviso n.º 7/GBM/2018:

Atinente as normas e procedimentos complementares ao regime cambial especial para operações de petróleo e gás.

BANCO DE MOÇAMBIQUE

AVISO N.º 7/GBM/2018

de 19 de Setembro

Na sequência do estabelecimento, nos termos da Secção I do capítulo VI do Aviso n.º 20/GBM/2017, de 27 de Dezembro, de um regime cambial especial para as operações de petróleo e gás, com vista a dar um tratamento adequado às especificidades das operações e ao volume de investimento nesta área, mostra-se necessário criar normas e procedimentos complementares para a materialização das disposições do referido regime, mormente quanto ao financiamento de operações das concessionárias e entidades de objecto específico, e ao financiamento, por estas, a empresas relacionadas não residentes.

O Banco de Moçambique, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 5 do Decreto n.º 49/2017, de 11 de Setembro, determina:

ARTIGO 1

(Objecto)

O presente Aviso estabelece as normas e procedimentos complementares a observar na realização de operações cambiais ligadas ao financiamento das actividades das concessionárias e entidades de objecto específico, bem assim ao financiamento de empresas relacionadas não residentes, incluindo por via do mecanismo de partilha de fundos (*cash pooling mechanism*).

ARTIGO 2

(Âmbito)

As disposições do presente Aviso somente se aplicam às operações cambiais realizadas pelas concessionárias e entidades de objecto específico.

(Financiamento de operações)

1. A contracção de crédito externo pelas entidades referidas no artigo anterior, nos termos do n.º1 do artigo 116 do Aviso n.º 20/GBM/2017, de 27 de Dezembro, que estabelece normas e procedimentos a observar na realização de operações cambiais, carece de autorização prévia do Banco de Moçambique.

2. O pedido de autorização é efectuado junto do Banco de Moçambique, mediante apresentação do plano anual de financiamento, que deve conter, entre outras, as seguintes informações:

- a) Identificação das partes;
- b) Moeda e montante;
- c) Taxa de juro e a respectiva margem;
- d) Plano de amortização.

3. Para efeitos de atribuição de referências, o mutuário deve remeter ao Banco de Moçambique o contrato de financiamento.

4. O registo do desembolso de fundos relacionados com o crédito contraído nos termos do número 1 é efectuado junto do banco intermediário.

5. Quando o desembolso é realizado através de pagamento directo ao fornecedor estrangeiro de equipamentos, maquinaria e serviços especializados, a partir de conta bancária no exterior, o registo é efectuado junto do Banco de Moçambique, com base na certificação de auditor licenciado a operar em Moçambique.

ARTIGO 4

(Financiamento a empresas relacionadas não residentes)

1. As operações de financiamento a empresas relacionadas não residentes, incluindo por via do mecanismo de partilha de fundos, assumem a natureza de crédito.

2. A entidade requerente deve remeter ao Banco de Moçambique, até 30 de Novembro, o plano de financiamento a empresas relacionadas para o ano seguinte, instruído, no mínimo, com os seguintes documentos e informações:

- a) Previsão das receitas e despesas do ano a que o plano diz respeito;
- b) Deliberação do órgão social competente da entidade requerente que aprova o plano anual de financiamento;
- c) Contratos do ano anterior, contendo os termos e condições em que os fundos foram disponibilizados ao exterior;
- d) Valor projectado dos créditos a conceder por via do mecanismo de partilha de fundos para o ano seguinte;
- e) Relatório de execução do plano anual de financiamento a empresa relacionada não residente, do ano anterior;
- f) Certidão de quitação fiscal referente aos rendimentos do ano anterior que confirme o cumprimento das obrigações fiscais.

3. O início da utilização do mecanismo de partilha de fundos pelas concessionárias e entidades de objecto específico pressupõe a aprovação pelo Banco de Moçambique do modelo de contrato, que deve ser submetido nos termos do número anterior, com excepção dos documentos referidos nas alíneas c), e) e f).

4. Para efeitos de atribuição de referências, o mutuante deve remeter ao Banco de Moçambique o contrato de financiamento.

5. O registo do desembolso de fundos relacionados com o crédito a empresa relacionada não residente é efectuado junto do banco intermediário.

6. As entidades abrangidas pelo presente Aviso devem efectuar pagamentos de acordo com o artigo 111 do Aviso n.º 20/GBM/2017, de 27 de Dezembro, que estabelece normas e procedimentos a observar na realização de operações cambiais.

7. Não é permitido às entidades abrangidas pelo presente Aviso manter no exterior os fundos necessários para as seguintes finalidades:

- a) Pagamento de bens e serviços fornecidos por entidades residentes e não residentes;
- b) Outras obrigações não abrangidas pela alínea b) do n.º 1 do artigo 115 do Aviso n.º 20/GBM/2017, de 27 de Dezembro, que estabelece normas e procedimentos a observar na realização de operações cambiais.

8. No âmbito do estabelecido no número anterior, a entidade requerente deve proceder ao envio de extractos trimestrais directamente ao Banco de Moçambique.

9. Os rendimentos resultantes do financiamento concedido a empresas relacionadas estão sujeitos aos deveres de declaração e repatriamento.

10. A violação recorrente das normas e procedimentos cambiais pode determinar a suspensão, por um período mínimo de seis meses e máximo de um ano, da utilização do sistema de planos anuais de financiamento a empresas relacionadas não residentes.

ARTIGO 5

(Investimento directo estrangeiro em Moçambique)

1. Está autorizado o investimento directo estrangeiro em Moçambique, ficando apenas sujeito ao registo junto do banco intermediário.

2. O registo cambial da transferência de rendimentos de investimento directo estrangeiro, na forma de lucros ou dividendos distribuídos, efectiva-se mediante apresentação, pelo interessado, dos seguintes elementos ao banco intermediário:

- a) Documentos de identificação das partes;
- b) Comprovativo do registo do investimento directo estrangeiro;

c) Declaração emitida pelo auditor independente confirmando que os lucros são resultantes do exercício ou dos exercícios em causa e resultam de operações relacionadas com as actividades da empresa;

d) Comprovativo do consentimento do competente órgão social ou, tratando-se de transferência de dividendos, acta da assembleia geral que deliberou a distribuição;

e) Comprovativo do cumprimento de obrigações fiscais relativas à transacção.

3. Nos casos em que não seja possível apresentar a declaração do auditor, a entidade auditada assume o compromisso de o fazer no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do fecho do exercício económico.

4. A transferência de lucros e dividendos intercalares ou definitivos é feita a partir do sistema bancário nacional, incluindo a partir da conta específica.

ARTIGO 6

(Pagamento de bens e serviços a partir de contas bancárias no exterior)

Sem prejuízo do disposto no inciso *iii*) da alínea b) do n.º 1 do artigo 115 do Aviso n.º 20/GBM/2017, de 27 de Dezembro, que estabelece normas e procedimentos a observar na realização de operações cambiais, quando o beneficiário dos pagamentos seja entidade residente, estes são efectuados em moeda nacional.

ARTIGO 7

(Regime sancionatório)

A violação das disposições previstas no presente Aviso é punível nos termos dos artigos 10 e seguintes da Lei n.º 11/2009, de 11 de Março, que aprova a Lei Cambial.

ARTIGO 8

As dúvidas que surgirem da interpretação do presente Aviso devem ser submetidas ao Departamento de Licenciamento e Controlo Cambial do Banco de Moçambique.

ARTIGO 9

O presente Aviso entra em vigor na data da sua publicação.

Banco de Moçambique, em Maputo, 12 de Setembro de 2018
– O Governador, *Rogério Lucas Zandamela*.